

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E
CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

DANILO DE PINA MOREIRA

UM ESTUDO DO NÍVEL DE IMPLANTAÇÃO DAS NORMAS
BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE EM PEQUENAS E MÉDIAS
EMPRESAS NOS ESCRITÓRIOS CONTÁBEIS DE GOIÂNIA

GOIÂNIA

2014

Prof. Dr. Orlando Afonso Valle do Amaral
Reitor da Universidade Federal de Goiás

Prof. Dr. Luiz Mello de Almeida Neto
Pró-reitor de Graduação da Universidade Federal de Goiás

Prof. Dr. Moisés Ferreira da Cunha
Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Prof. Ms. Ednei Morais Pereira
Coordenador do curso de Ciências Contábeis

DANILO DE PINA MOREIRA

**UM ESTUDO DO NÍVEL DE IMPLANTAÇÃO DAS NORMAS
BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE EM PEQUENAS E MÉDIAS
EMPRESAS NOS ESCRITÓRIOS CONTÁBEIS DE GOIÂNIA**

Trabalho apresentado como parte da avaliação,
na disciplina de TCC 2, do curso de Ciências
Contábeis da Universidade Federal de Goiás.
Professor Orientador: Esp. Lorena Almeida
Campos

GOIÂNIA

2014

Ficha catalográfica elaborada
automaticamente com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

de Pina Moreira, Danilo

UM ESTUDO DO NÍVEL DE IMPLANTAÇÃO DAS NORMAS
BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE EM PEQUENAS E MÉDIAS
EMPRESAS NOS ESCRITÓRIOS CONTÁBEIS DE GOIÂNIA

[manuscrito] / Danilo de Pina Moreira. - 2014.

XL, 40 f.: il.

Orientador: Profa. Lorena Almeida Campos.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal
de Goiás, Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e
Ciências Econômicas (FACE), Ciências Contábeis, Goiânia, 2014.

Bibliografia. Anexos. Apêndice.

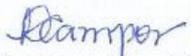
Inclui siglas, abreviaturas, gráfico, tabelas, lista de tabelas.

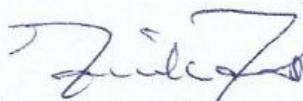
1. Norma Brasileira de Contabilidade. 2. Pequenas e Médias
Empresas. 3. Escritórios Contábeis. I. Almeida Campos, Lorena,
orient. II. Título.

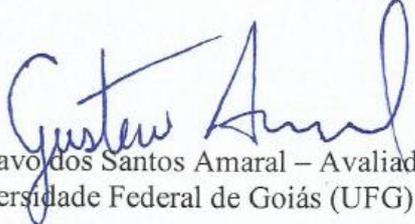
DANILO DE PINA MOREIRA

**UM ESTUDO DO NÍVEL DE IMPLANTAÇÃO DAS NORMAS BRASILEIRAS DE
CONTABILIDADE EM PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS NOS ESCRITÓRIOS
CONTÁBEIS DE GOIÂNIA**

Trabalho de Conclusão de Curso (monografia) submetido e defendido publicamente na Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas (FACE) da Universidade Federal de Goiás (UFG) como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis, aprovado pela seguinte Comissão Examinadora:


Prof.^a. Esp. Lorena Almeida Campos – Orientador(a)
Universidade Federal de Goiás (UFG)


Prof. Günter Gruttner Towes – Avaliador(a)
Universidade Federal de Goiás (UFG)


Prof. Gustavo dos Santos Amaral – Avaliador(a)
Universidade Federal de Goiás (UFG)

Goiânia (GO), 02 de dezembro de 2014.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Francisco e Ormesinda, e aos meus irmãos, André e Murilo, por sempre estarem ao meu lado, me ajudando e apoiando com amor e dedicação.

A minha orientadora Lorena Almeida Campos, pela dedicação, esforço e competência na orientação do estudo, e também pelo incentivo e apoio nos momentos difíceis.

A esta universidade e ao corpo docente do curso de ciências contábeis, que contribuíram para a minha formação.

Aos amigos que fiz na universidade, pela parceria e apoio durante os quatro anos de curso.

Aos familiares que fizeram parte desta caminhada, e me ajudaram em vários momentos da minha vida.

E, acima de tudo, agradeço a Deus.

Obrigado a todos!

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Representatividade das PME's no Mundo.....	14
Tabela 2 – Classificação das Microempresas, Pequenas e Médias Empresas.....	15
Tabela 3 – Exigências das Normas Brasileiras de Contabilidade para as PME's	19
Tabela 4 – Aplicação da NBC TG 1000 nos escritórios contábeis de Goiânia.....	24
Tabela 5 – Capacitação dos funcionários para a aplicação da NBC TG 1000.....	26
Tabela 6 – Dificuldades na aplicação da NBC TG 1000.....	26
Tabela 7 – Ganho de qualidade dos serviços prestados com a aplicação da norma.....	27

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – Classificação dos escritórios contábeis pelo número de empregados.....	23
Gráfico 2 – Formação dos responsáveis pelos escritórios contábeis de Goiânia.....	24
Gráfico 3 – Quantidade aproximada de empresas nas quais a NBC TG 1000 é aplicada.....	25
Gráfico 4 - Como você classifica essa mudança nas normas (convergência internacional)?.....	28

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

CFC – Conselho Federal de Contabilidade

CRC – Conselho Regional de Contabilidade

CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis

IASB – *International Accounting Standards Board*

IFRS – *International Financial Reporting Standard*

ITG 1000 – Interpretação Técnica Geral

NBC TG 1000 – Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Geral

PME – Pequenas e Médias Empresas

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Pequenas e Médias Empresas

SRF – Secretária da Receita Federal

RESUMO

Com o objetivo de adequar a contabilidade das PMEs às normas internacionais, em 2009 foi criada a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas. Estudos em algumas cidades do Brasil apontam que o nível de adoção à norma em vigor desde 2010, ainda é baixo e que muitos profissionais contábeis ainda não tem um conhecimento pleno das exigências da NBC TG 1000. Dessa premissa surgiu a necessidade de investigar o processo de adoção da NBC TG 1000 nos escritórios contábeis de Goiânia, visto que o perfil empresarial da cidade é composto quase em sua totalidade por PMEs. O presente estudo identificou que foi necessária a capacitação dos funcionários dos escritórios para a aplicação da norma e que uma porcentagem considerável de escritórios contábeis de Goiânia ainda não aplicam a NBC TG 1000, mesmo a norma sendo obrigatória desde 2010 para a contabilidade das PMEs. Também foi verificado que a maioria dos contabilistas considera a NBC TG 1000 como positiva, pois a sua aplicação aumentou a qualidade dos serviços prestados. A pesquisa se caracterizou como exploratória e descritiva, através de estudo bibliográfico acerca do tema e de levantamento através de aplicação de questionário para os responsáveis pelos escritórios contábeis de Goiânia.

Palavra-Chave: Norma Brasileira de Contabilidade. Pequenas e Médias Empresas. Escritórios Contábeis.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
PROBLEMA.....	11
1.1 OBJETIVOS	13
1.1.1 Objetivo Geral.....	13
1.1.2 Objetivos específicos.....	13
1.2 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO.....	13
2. REVISÃO DA LITERATURA	14
2.1 O CENÁRIO DAS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS NO BRASIL	14
2.2 MORTALIDADE E SOBREVIVÊNCIA DAS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS BRASILEIRAS.....	16
2.3 A CONTABILIDADE NO BRASIL PARA PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS	17
3. METODOLOGIA.....	20
4. ANÁLISE DOS DADOS	23
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
5.1 CONCLUSÃO	29
5.2 SUGESTÕES PARA TRABALHOS FUTUROS.....	31
REFERÊNCIAS	32
ANEXO 1 – Questionário aplicado nos escritórios contábeis de Goiânia (Resolução CFC nº 1.255/09 – NBC TG 1000)	36
APÊNDICE A – Lista dos escritórios contactados para participação na pesquisa	38

1. INTRODUÇÃO

A convergência da contabilidade às normas internacionais tem mudado o cenário caracterizado pelo sistema *code law*, já que as IFRS (International Financial Reporting Standard) emitidas pelo IASB (International Accounting Standards Board) buscam obedecer a PRINCÍPIOS e evitam serem NORMAS. (LEMES, CARVALHO, 2010).

A necessidade de padronização contábil começou a ser atendida no Brasil com a criação do CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) em 2005, órgão responsável pelo estudo, preparo e emissão dos pronunciamentos técnicos da profissão contábil no país, com base nas IFRS.

Além de aumentar a comparabilidade das demonstrações contábeis, a padronização contábil às normas internacionais traz outros benefícios, Azevedo (2010) cita alguns: maior transparência e confiabilidade às informações contábeis, colocar o Brasil no caminho da tendência global de convergência, atrair capitais estrangeiros ao país e facilitar o acesso das empresas nacionais aos mercados externos.

O processo de convergência da contabilidade brasileira ao padrão internacional começou com as empresas de capital aberto ou de grande porte. Em seguida, através do Pronunciamento Técnico PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, aprovado em dezembro de 2009, expandiu-se para as pequenas e médias empresas.

Para Menezes, Morais e Carvalho (2013), é esperado, então, que a qualidade da informação contábil alcançada através da adoção de práticas contábeis em conformidade com o padrão internacional, possa impactar no aumento do desenvolvimento e da competitividade dessas empresas perante o mercado globalizado, reduzindo, inclusive, o elevado índice de mortalidade das PMEs.

De acordo com NBC TG 1000 (Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Geral), as demonstrações contábeis das PMEs a partir do início do ano de 2010, já devem ser apresentadas em conformidade com as normas internacionais, através da aplicação da NBC TG 1000, que é uma norma específica e simplificada para as PMEs, publicada pelo CFC (Conselho Federal de Contabilidade) no final de 2009 e que contém o mesmo texto e conteúdo do CPC PME.

Com o objetivo de analisar a adesão e conhecimento dos contadores e escritórios contábeis sobre a NBC TG 1000 e o CPC PME, alguns estudos foram realizados em algumas regiões do Brasil. Rower et al. (2014) investigaram a implantação do Pronunciamento

Técnico PME nas pequenas e médias empresas do município de Chapecó – SC, a amostra considerou vinte e três Organizações Contábeis do município, que possuem 3.270 empresas clientes e das quais 94,37% enquadram-se como pequenas e médias empresas sujeitas ao CPC PME. Verificou-se que as pequenas e médias empresas do município de Chapecó apresentaram baixa adequação com relação às exigências do Pronunciamento Técnico PME, inclusive em relação à aplicação dos conceitos e técnicas mais elementares desta normativa.

A investigação de Prado et al. (2011) sobre o nível de utilização do Pronunciamento PME na elaboração das demonstrações contábeis em 2010, pelos contadores dos municípios de Araguari, Uberaba e Uberlândia – MG, apontam que apenas 25% dos respondentes afirmaram ter adotado o CPC PME nas empresas em que são responsáveis pela contabilidade. Do total pesquisado, 22% dos entrevistados desconhecem totalmente ou apenas ouviram algo a respeito do CPC PME. Ainda de acordo com a pesquisa, menos da metade dos contadores sequer conhecem o conteúdo do Pronunciamento PME na íntegra, sendo que prevê um período mínimo de tempo de 2 a 4 anos, para a adaptação às novas normas, a amostra foi composta por 77 profissionais responsáveis pela contabilidade dessas empresas na região, que responderam a um questionário composto por 10 questões.

Neves e Lorandi (2014) verificaram como os escritórios contábeis de Santa Catarina estão se adaptando ao processo de convergência contábil internacional, no que se refere aos procedimentos simplificados para PMEs, de acordo com a NBC TG 1000. Os resultados encontrados nessa pesquisa foram condizentes com o estágio inicial de implantação da norma, evidenciando que embora os profissionais contábeis tenham se capacitado, a norma ainda é recente e dificuldades específicas de aplicação foram observadas, como quando da elaboração de notas explicativas e aquelas relacionadas à falta de informações dos empresários.

Várias pesquisas realizadas no Brasil têm com objeto de estudo as PMEs, principalmente devido à expressividade em termos quantitativos dessas empresas para o país, segundo Deloitte (2013) são aproximadamente 6 milhões desse tipo de empresa no Brasil, e em Goiás, a quantidade também é relevante, já que de acordo com o SEBRAE/GO (2013), aproximadamente 99% das empresas do estado estão dentro da sua classificação para pequenas e médias empresas.

Devido a percepção da baixa adaptação à NBC TG 1000 em algumas localidades do Brasil atrelada a importância das PMEs, surge o seguinte questionamento: **Como os escritórios contábeis de Goiânia estão se adaptando ao processo de convergência das**

normas brasileiras de contabilidade ao padrão internacional, com ênfase nos procedimentos referentes à Contabilidade de Pequenas e Médias Empresas?

A relevância das pequenas e médias empresas para a economia brasileira, e a aplicação da convergência da contabilidade às normas internacionais para PMEs tem uma importância que vai além da exigência de tratamento diferenciado e favorecido, assegurados como benefícios para micro e pequenas empresas, estabelecidos pela Lei Complementar nº 123/06 (Lei Geral da Micro e Pequena Empresa), pois de acordo com Santa e Laffin (2012), a aplicação da NBC TG 1000 nas empresas aumenta a qualidade das demonstrações e das informações geradas, principalmente em decorrência da exigência de elaboração de outras demonstrações, fatores que as tornam atrativas para os investidores.

O presente estudo pretende identificar as atitudes adotadas pelos escritórios de contabilidade no processo de implantação da NBC TG 1000 para Pequenas e Médias Empresas e a percepção do contador frente a essas mudanças. Justifica-se, devido à importância dessas empresas para a economia brasileira, de acordo com Coutinho (2010) as pequenas e médias empresas representam 98% dos estabelecimentos formais na economia brasileira. Em 2008, responderam por 13 milhões, em percentuais são 52,3%, do total de empregados formais.

Em Goiás existem 93.405 micro empresas, 16.481 pequenas e médias empresas, totalizando quase 100% das empresas existentes no estado, já que existem apenas 34 grandes empresas no estado. Na região metropolitana do estado (Goiânia, Aparecida de Goiânia, Senador Canedo e outras cidades próximas) são 44.050 empresas, sendo que destas, apenas 20 são grandes empresas (SEBRAE/GO, 2013).

De acordo com um estudo realizado pelo SEBRAE NACIONAL (2013), tomando como referência às empresas do estado de Goiás constituídas em 2007 a taxa de sobrevivência por até dois anos de atividade foi de 72%, e considerando apenas empresas da cidade de Goiânia, onde foram constituídas 5.660 empresas em 2007, a taxa de sobrevivência foi ainda menor, apenas 65% dessas empresas mantiveram suas atividades por dois anos ou mais.

A verificação da aplicação adequada ou não da norma contábil, também pode explicar os altos índices de mortalidade das PMEs, pois de acordo com Marion (2009) o controle contábil relaciona-se com as altas taxas de mortalidade destas empresas nos primeiros anos de operação, já que a contabilidade é o grande instrumento que auxilia a administração, coletando todos os dados econômicos, mensurando-os monetariamente, registrando-os e

sumarizando-os em forma de relatórios ou de comunicados, que contribuem significativamente para a tomada de decisões.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo Geral

Identificar as atitudes adotadas pelos escritórios de contabilidade no processo de implantação da NBC TG 1000 contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.

1.1.2 Objetivos específicos

a) Verificar o nível de implantação da NBC TG 1000 nos escritórios contábeis de Goiânia.

b) Evidenciar a percepção do contador em relação às mudanças realizadas pela NBC TG 1000.

1.2 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

A pesquisa está organizada em cinco capítulos. O primeiro capítulo é a introdução, que apresenta o tema pesquisado, expondo o problema de pesquisa, os objetivos (geral e específicos), a justificativa e a estruturação do trabalho.

O segundo capítulo apresenta a fundamentação teórica da pesquisa. O capítulo é subdividido em tópicos que tratam do cenário das PME's no Brasil, mortalidade e sobrevivência das PME's brasileiras e da Contabilidade no Brasil para Pequenas e Médias Empresas, baseados em literatura disponível sobre os referidos assuntos e através de levantamentos de trabalhos anteriores.

O terceiro capítulo aborda os métodos e as técnicas de pesquisa utilizadas no trabalho, definindo população, amostra, instrumentos de pesquisa, e modelo utilizado para coleta e análise de dados.

O quarto capítulo trata sobre a descrição e análise dos dados obtidos. No quinto capítulo é apresentada a conclusão da pesquisa, bem como recomendações para novos estudos.

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1 O CENÁRIO DAS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS NO BRASIL

As Microempresas e as Empresas de Pequeno Porte, conforme pesquisa realizada pelo SEBRAE-MG (2005) representam 99,2% das organizações formais e geram 57,2% dos empregos totais do país.

No contexto mundial as Pequenas e Médias Empresas (PME's) também se destacam por sua representatividade. Dados da pesquisa da Deloitte (2013) revelam que em diversos países, independente do tamanho da economia, mais de 99% das empresas possuem menos de 50 colaboradores e logo são classificadas como PMEs:

Tabela 1 – Representatividade das PME's no Mundo

LOCAL	Nº DE PMEs
Brasil	6 milhões
Estados Unidos	20 milhões
União Europeia	28 milhões

Fonte: Adaptado de Deloitte (2013).

As PMEs podem ser classificadas e analisadas de diversas formas. Segundo Kassai (1996, apud VALERIANO, 2012, p.22) existem dois grandes critérios a serem levados em consideração nessa classificação, quantitativos e qualitativos:

Os critérios quantitativos (econômicos e/ou contábeis) são de mensuração simples, podem ser obtidos com facilidade e permitem análises comparativas objetivas. Geralmente referem-se ao número de empregados, valor do faturamento anual, seja ele bruto ou líquido, e valor do ativo permanente. Já os qualitativos (de cunho mais gerencial e social) não são facilmente mensuráveis face à complexidade na sua identificação, mas apresentam uma visão mais real (íntima) da empresa. Destacam-se a organização e administração incipientes, dificuldades de obtenção de financiamentos, participação e domínio dos respectivos mercados, entre outros. (VALERIANO, 2012, p. 23).

Na mesma ótica, levando em consideração os aspectos quantitativos e qualitativos, vários órgãos no Brasil fazem essa classificação de Pequenas e Médias Empresas, destacam-se: SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Pequenas e Médias Empresas), CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) e Secretaria da Receita Federal (SRF).

Para o SEBRAE-GO (2014) a classificação a Micro e Pequena empresa se dá em virtude da quantidade de funcionários e faturamento:

Tabela 2 – Classificação das Microempresas, Pequenas e Médias Empresas

Classificação	Número de funcionários	Receita bruta anual
Microempresa	Até 9 funcionários	Até R\$ 360.000,00
Pequena e Média empresa	De 10 a 49 funcionários	De R\$ 360.000,00 a R\$ 3.600.000,00

Fonte: Adaptado de <http://arquivopdf.sebrae.com.br/uf/goias/indicadores-das-mpe/classificacao-empresarial>

O CPC PME (2009) define as Pequenas e Médias empresas como:

as sociedades por ações fechadas (sem negociação de suas ações ou outros instrumentos patrimoniais ou de dívida no mercado e que não possuam ativos em condição fiduciária perante um amplo grupo de terceiros), mesmo que obrigadas à publicação de suas demonstrações financeiras, são tidas, para fins deste Pronunciamento, como pequenas e médias empresas, desde que não enquadradas pela Lei nº 11.638/07 como sociedades de grande porte (sociedades ou conjunto de sociedades sob controle comum que, no exercício social anterior, apresentem ativo total superior a R\$240 milhões ou receita bruta anual superior a R\$300 milhões). (CPC PME 2009, p. 6)

Na visão qualitativa o CPC PME (2009) classifica as PMEs como aquelas caracterizadas como “empresas que não têm obrigação pública de prestação de contas e que elaboram suas demonstrações contábeis para fins gerais para usuários externos”.

A Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas de nº 123/2006, estabelece o critério de classificação das PME's com base na receita bruta, para enquadramento de fins tributários por parte da Secretária da Receita Federal (SRF):

para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte a sociedade empresária, a sociedade simples e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002, devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

- I – no caso das microempresas, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00
- II – no caso das empresas de pequeno porte, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00. (BRASIL, 2006)

Dentre as formas de classificação das PMEs citadas, a realizada pelo SEBRAE (2014), por meio da quantidade de funcionários, tem maior aproximação da realidade proposta nesta pesquisa, e será adotada para a classificação dos escritórios contábeis de Goiânia.

2.2 MORTALIDADE E SOBREVIVÊNCIA DAS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS BRASILEIRAS

Uma das maiores preocupações em relação as Pequenas e Médias Empresas é o índice de mortalidade nos seus dois primeiros anos de vida. A mortalidade das PMEs, segundo SEBRAE/SP (2010), se deve principalmente a falta de planejamento adequado antes da abertura, ausência de avaliação de custos e fluxo de caixa, deficiências na gestão do negócio após a abertura e insuficiência ou falta de abrangência de políticas de apoio ao segmento.

De acordo com SEBRAE NACIONAL (2013), tomando como referência às PMEs brasileiras constituídas em 2007 a taxa de sobrevivência das empresas com até dois anos de atividade foi de 75,6%. Essa taxa foi superior à taxa calculada para as empresas nascidas em 2006 (75,1%) e nascidas em 2005 (73,6%). Como a taxa de mortalidade é complementar à da sobrevivência, pode-se dizer que a taxa de mortalidade de empresas com até dois anos caiu de 26,4% (nascidas em 2005) para 24,9% (nascidas em 2006) e para 24,4% (nascidas em 2007).

Com relação à sobrevivência e mortalidade das empresas no Brasil, Pires, Costa e Hahn (2004), completam:

A falta de fornecimento de informações úteis também pode estar relacionada com o problema da continuidade ou descontinuidade das micro e pequenas empresas em todo o Brasil, que é extremamente preocupante, sendo necessário que não só empresários, mas também contadores atuem em conjunto auxiliando no andamento dessas empresas. (PIRES, COSTA e HAHN, 2004)

Marion (2009) explica que o controle contábil se constitui como uma ferramenta importante para a administração das PMEs e relaciona-se com as altas taxas de mortalidade

destas empresas nos primeiros anos de operação, sendo estas muitas vezes resultantes do desconhecimento do fluxo financeiro empresarial e da falta de planejamento de longo prazo.

2.3 A CONTABILIDADE NO BRASIL PARA PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

As PMEs possuem características específicas dentre as quais, podemos citar: baixo nível de organização; com departamentos contábil, operacional e de gestão poucos segregados; dificuldades em relação a demonstrativos financeiros e contábeis, seja para fins gerenciais, fiscais ou societários; geralmente o empresário é o responsável por todas as áreas; o nível de faturamento é baixo e geralmente focam em resultados operacionais de curto prazo, deixando de lado o planejamento e a continuidade da empresa. (FÓRUM PERMANENTE DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, 2007).

Dentre essas características, destacam-se as dificuldades em relação à elaboração e utilização dos demonstrativos financeiros e contábeis para fins gerenciais por parte das PMEs, já que a transformação dos dados contábeis, objetivando produzir informações para os gestores internos da organização, é importante para a tomada de decisão. Segundo Atkinson et al. (2000, apud VALERIANO, 2012, p. 12), na Contabilidade Gerencial “O processo deve ser direcionado pelas necessidades informacionais dos indivíduos internos da empresa e deve orientar suas decisões operacionais e de investimentos.”

Para Marion (2009):

A Contabilidade é o grande instrumento que auxilia a administração a tomar decisões. Na verdade, ela coleta todos os dados econômicos, mensurando-os monetariamente, registrando-os e resumindo-os em forma de relatórios ou de comunicados, que contribuem sobremaneira para a tomada de decisões.

Marion (2009) também resalta que a importância da contabilidade está presente em diversas etapas da gestão das empresas, tratando-se da elaboração e registro de informações que refletem a situação econômica, financeira e patrimonial das organizações com o objetivo, na visão gerencial, de auxiliar na tomada de decisão. Desta forma, podem servir como base para planejamentos, controles, avaliações e investimentos que podem traçar o futuro desempenho das entidades.

De acordo com Niyama (2007) a globalização do mercado mundial, gerou para o Brasil um crescimento dos investimentos diretos estrangeiros, e a formação de blocos

econômicos, trouxe consigo a “necessidade de se ter um conjunto de padrões contábeis internacionais que possam viabilizar o processo de comparação de informações entre companhias de um mesmo grupo ou de grupos distintos”. Ainda de acordo com Niyama (2007), a harmonização é um processo que busca preservar as particularidades inerentes a cada país, mas que permita reconciliar os sistemas contábeis com outros países de modo a melhorar a troca de informações a serem interpretadas e compreendidas.

A contabilidade brasileira formaliza o processo de convergência as normas internacionais a partir da lei 11.638/2007: “As normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM deverão ser elaboradas em consonância com os padrões internacionais de contabilidade”. (BRASIL, 2007).

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), é o órgão responsável pelo estudo, preparo e a emissão de pronunciamentos técnicos sobre a profissão contábil no Brasil, auxiliando os órgãos regulamentadores na emissão de normas que visam à uniformização e conformidade aos padrões internacionais (RESOLUÇÃO CFC Nº 1.055/05).

O CPC tem como base para elaborar seus pronunciamentos as IFRS, que são as normas internacionais emitidas pela IASB (International Accounting Standards Board), entidade contábil internacional independente, com sede em Londres, no Reino Unido.

As normas internacionais IFRS buscam obedecer a PRINCÍPIOS e evitam serem NORMAS – estas são mais passíveis de burlas, e princípios, não. Eliminam-se progressivamente normas internacionais que contenham valores ou percentuais de “pisos”, ou “tetos”, em privilégio dos citados Princípios. As normas são repletas de expressões como relevante, material, importante, e o preciso enquadramento de um fenômeno econômico nas IFRS dependerá do julgamento profissional dos responsáveis pela preparação das demonstrações financeiras e de seus auditores (LEMES E CARVALHO, 2010, p. 4).

Dentro dos objetivos da convergência, se destacam: proporcionar maior transparência e confiabilidade às informações contábeis, colocar o Brasil no caminho da tendência global de convergência, atrair capitais estrangeiros ao País e facilitar o acesso das empresas nacionais aos mercados externos (AZEVEDO, 2010).

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis, até junho de 2014, divulgou 47 pronunciamentos, incluindo o CPC – PME, divulgado no final de 2009, que é correlacionado às normas internacionais de contabilidade, *IFRS for SMEs (The International Financial Reporting Standard for Small and Medium-sized Entities)*. No mesmo ano, o CFC (Conselho Federal de Contabilidade) aprovou a resolução Nº 1.255/09, que trata sobre a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica (NBC T) 19.41 – Contabilidade para Pequenas e Médias

empresas, porém a resolução CFC N°1.329 de 2011, alterou o nome da norma para NBC TG 1000 (Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Geral).

A NBC TG 1000 foi implementada para substituir a NBC 19.13 - Escrituração Contábil Simplificada para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, aprovada pela Resolução CFC n° 1.115, de 14 de dezembro de 2007.

A adoção de normas internacionais para pequenas e médias empresas no Brasil se deve principalmente a quantidade dessas empresas, e os profissionais contábeis tem a missão de se capacitarem para atender as novas exigências. Segundo CFC (2011):

o padrão IFRS é adotado, atualmente, por cerca de 110 países e, aproximadamente, por 100 milhões de pequenas e médias empresas no mundo. Diante dessa realidade, é importante que, no Brasil - onde 99% das companhias são micros, pequenas e médias empresas -, os profissionais contábeis estejam capacitados para assumir seu papel nesse processo e, principalmente, das vantagens de se manter a contabilidade de acordo com as normas internacionais. (CFC, 2011)

Um das principais diferenças na aplicação da NBC TG 1000 nas PMEs, é que a contabilidade dessas empresas gera um maior número de informações se comparado à norma anterior (NBC T 19.13), principalmente em decorrência das demonstrações exigidas em cada uma (SANTA E LAFFIN, 2012):

Tabela 3 – Exigências das Normas Brasileiras de Contabilidade para a PMEs

NORMA:	NBC T 19.13	NBC TG 1000
DEMONSTRAÇÕES EXIGIDAS:	DRE - Demonstração do Resultado do Exercício	DRE - Demonstração do Resultado do Exercício
	BP - Balanço Patrimonial	BP - Balanço Patrimonial
		DRA – Demonstração do Resultado Abrangente
		DMPL – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
		DFC – Demonstração de Fluxo de Caixa
		NE – Notas Explicativas

Fonte: Adaptado de Santa e Laffin, 2012.

Além de atender o art. 1 da lei complementar 123 de 2006, relativas ao tratamento diferenciado e favorecido para as micros e pequenas empresas, a NBC TG 1000 tem o

objetivo de proporcionar às PMEs uma contabilidade adequada aos padrões internacionais, com alto nível de qualidade das informações, com mais profissionalismo, e tornando-as mais atraentes para os investidores. (SANTA E LAFFIN, 2012).

Para a NBC TG 1000, o objetivo das demonstrações contábeis de pequenas e médias empresas é oferecer informação sobre a posição financeira, desempenho e fluxos de caixa da entidade, através das demonstrações contábeis, que são úteis para a tomada de decisão “por vasta gama de usuários que não está em posição de exigir relatórios feitos sob medida para atender suas necessidades particulares de informação”.

De acordo com Menezes, Morais e Carvalho (2013), é esperado que a qualidade das informações contábeis alcançadas através da adoção de práticas contábeis em conformidade com o padrão internacional, possa impactar no aumento do desenvolvimento e da competitividade das PMEs perante o mercado globalizado, reduzindo, inclusive, o elevado índice de mortalidade dessas empresas conforme demonstrado pelo SEBRAE – NACIONAL (2013).

Ressalta-se a existência de uma interpretação técnica da NBC TG 1000, a ITG 1000, que foi aprovada em 2012 pelo CFC através da Resolução nº 1.418/12, a interpretação é um modelo contábil para micro e pequena empresa, e apenas sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada ou o empresário que se enquadrem no limite de receita bruta contido na Lei complementar nº 123/06 podem aplicá-la. Quando critérios não estiverem contidos na ITG 1000, a empresa deve observar a NBC TG 1000. (NEVES; LORANDI, 2014).

As PMEs que optarem pela aplicação da interpretação técnica (ITG 1000) tem a obrigação de elaborar apenas o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado e as Notas Explicativas ao final de cada exercício social, porém a norma ressalta que a produção das demais demonstrações é incentivada pelo CFC.

3. METODOLOGIA

A investigação da adaptação dos escritórios contábeis no processo de convergência da contabilidade para pequenas e médias empresas foi feita de forma exploratória, através de levantamento bibliográfico e questionários com pessoas envolvidas diretamente com o problema, ou seja, os responsáveis pelos escritórios que tenham conhecimento do assunto a

ser investigado. Conforme menciona Gil (2002, p. 41), as “pesquisas exploratórias têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vista a torná-lo mais explícito”.

De acordo com os objetivos traçados nessa pesquisa e o problema investigado, verificou-se que além de exploratória, a pesquisa também tem objetivos descritivos, já que fez a descrição e o estudo das características de uma população (escritórios contábeis) e estabeleceu relações entre variáveis. Gil (2002, p. 42), explica que: “as pesquisas descritivas tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relação entre variáveis”.

Já quanto aos procedimentos, entende-se que a presente pesquisa teve caráter bibliográfico, que de acordo com Gil (2002, p. 86) corresponde ao “recolhimento de informações e conhecimento prévio acerca de um problema que para qual procura resposta” e de levantamento (*survey*), devido à interrogação direta de um grupo significativo de pessoas – respondentes do questionário.

Com relação à abordagem do problema, Beuren (2006) afirma que a pesquisa pode ser qualitativa e quantitativa. Este trabalho se caracteriza como uma pesquisa qualitativa, pois de acordo com Gil (2002, p. 91) o presente estudo compreendeu-se em “analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos”, dentro da realidade vivida pelos escritórios de contabilidade.

Para a coleta de dados da pesquisa, foi aplicado um questionário (ANEXO 1) para os responsáveis dos escritórios de contabilidade de Goiânia. O questionário utilizado teve como base outro questionário aplicado em uma pesquisa similar em Santa Catarina (NEVES e LORANDI, 2014), houveram algumas adaptações no questionário para torna-lo adequado aos objetivos atuais dessa pesquisa. A aplicação de questionário, segundo Lakatos e Marconi (2003, p.222), “consiste na observação direta extensiva constituída por uma série de perguntas que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do pesquisador”.

Para Beuren (2006, p. 121), os tipos de amostragem não probabilística aplicados nos trabalhos de contabilidade são: acessibilidade ou conveniência, por tipicidade ou intencional ou por quotas. A criação da amostra dentre os escritórios de contabilidade de Goiânia se deu de forma não probabilística por acessibilidade ou conveniência, segundo Gil (2002, p. 111), nesse tipo de amostragem, o pesquisador apenas obtém os elementos a quem tem maior facilidade de acesso, admitindo que eles possam efetivamente representar de forma adequada a população.

O quantitativo dos escritórios contábeis de Goiânia foi adquirido através de solicitação feita junto ao Conselho Regional de Contabilidade de Goiás (CRC GO), onde se obteve a informação de que existem 491 escritórios cadastrados com CNPJ e 865 cadastrados com CPF, totalizando 1356 escritórios em Goiânia. Para essa pesquisa foi elaborada uma relação inicial de 160 escritórios contábeis de Goiânia de forma aleatória, na qual foram contatados previamente por telefone no mês de outubro de 2014, e perguntado aos responsáveis por cada escritório se queriam participar da pesquisa respondendo o questionário *online* enviado via email. Dentre os escritórios contatados apenas 44 responderam ao questionário, formando-se a amostra da pesquisa.

A amostra de 44 escritórios contábeis corresponde a 3,24% da população total, e para verificar em quais parâmetros a amostra é válida, foi necessário o cálculo para definição do tamanho amostral, considerando o erro amostral (diferença entre o valor estimado pela pesquisa e o verdadeiro valor da amostra), e utilizando as seguintes fórmulas para amostragem de populações finitas:

$$n_0 = \frac{1}{E_0^2} \quad \text{e} \quad n = \frac{N.n_0}{N+n_0}$$

Onde:

N = tamanho da população

E_0 = erro amostral tolerável

n_0 = primeira aproximação do tamanho da amostra

n = tamanho da amostra

De acordo com Pocinho (2009, p.36) a primeira fórmula serve para “dá-nos uma primeira aproximação do tamanho da amostra (n_0)”, isto é, um grupo alvo para servir de apoio estatístico de cálculo e considerando o erro amostral de 15% para essa pesquisa, temos que $n_0 = 44,44$. A segunda fórmula serve para a definição da amostra, utilizando a primeira aproximação do tamanho da amostra encontrado anteriormente e a população total de escritórios contábeis em Goiânia, temos:

$$n = (1356 \times 44,44) \div (1356 + 44,44) \rightarrow n = \mathbf{43,02}$$

Considerando as explicações de Pocinho (2009), uma amostra de 160 respondentes, como foi pretendido inicialmente, seria válida dentro de um erro amostral de aproximadamente 8%, porém a dificuldade de se conseguir respondentes para a pesquisa se

tornou uma das limitações do estudo, tendo em vista o período curto para obter as respostas e falta de interesse dos responsáveis pelos escritórios em participar da pesquisa, onde apenas 27,5% dos contactados aceitaram responder ao questionário.

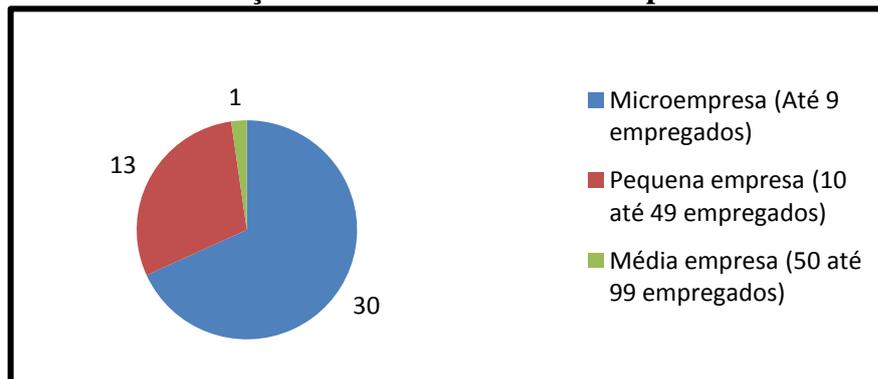
Após a coleta dos dados, foi realizada a tabulação dos dados através do *software* Microsoft Office Excel 2007.

4. ANÁLISE DOS DADOS

Após a aplicação do questionário nos escritórios contábeis de Goiânia, este estudo, por meio de tabelas e gráficos apresentados, procurou expor os fatos relevantes à pesquisa, de forma objetiva e concisa para atingir os objetivos propostos.

Na primeira pergunta do questionário foi indagado aos respondentes sobre o quantitativo de funcionário dos escritórios de contabilidade, para a classificação dentro dos parâmetros do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) de Goiás, onde o número de empregados estabelece se o escritório é considerado microempresa, pequena empresa, média empresa ou grande empresa. Após a composição da amostra, verificou-se o seguinte quantitativo:

Gráfico 1 – Classificação dos escritórios contábeis pelo número de empregados

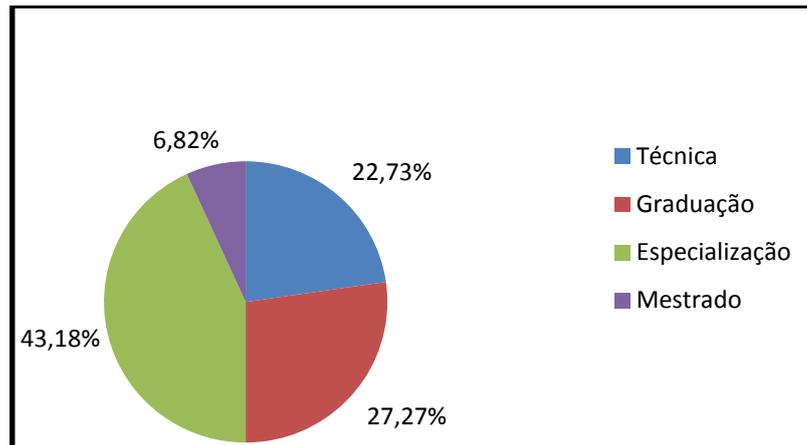


Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

O resultado obtido corresponde com a realidade das empresas de Goiás e do Brasil, onde segundo Deloitte (2013) e SEBRAE/GO (2013), a maioria das empresas são PMEs. De acordo com a amostra são 30 escritórios considerados microempresas, 13 considerados pequena empresa e apenas 1 considerado média empresa. Dentro da amostra não houve escritório contábil considerado grande empresa.

No que se refere à formação dos contabilistas responsáveis pelos escritórios, foi elaborado um questionamento a fim de evidenciar o nível escolar dos mesmos. Dentre as opções de escolha, apresentavam-se as seguintes: formação técnica; graduação; especialização; e mestrado.

Gráfico 2 – Formação dos responsáveis pelos escritórios contábeis de Goiânia



Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Com a análise dos 44 respondentes, percebeu-se uma predominância de profissionais com especialização (19), em seguida vêm os profissionais com graduação (12) e Técnico (10) praticamente empatados e por ultimo tem-se os profissionais que afirmaram possuir nível mestrado (3). O resultado obtido com a amostra dos escritórios de Goiânia demonstra resultados diferentes se comparado ao estudo de Neves e Lorandi (2014), realizado em Santa Catarina e que conteve uma amostra de 47 respondentes. Em Goiânia, a maioria dos responsáveis pelos escritórios contábeis, aproximadamente 43%, possui pelo menos uma especialização, já em Santa Catarina, a maioria dos responsáveis pelos escritórios da região possui apenas a graduação, com aproximadamente 49% da amostra.

Em sequência foi perguntado aos respondentes se nos escritórios em que eles trabalhavam era aplicada a NBC TG 1000:

Tabela 4 - Aplicação da NBC TG 1000 nos escritórios contábeis de Goiânia

Resposta	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
Sim	29	65,91%
Não	15	34,09%

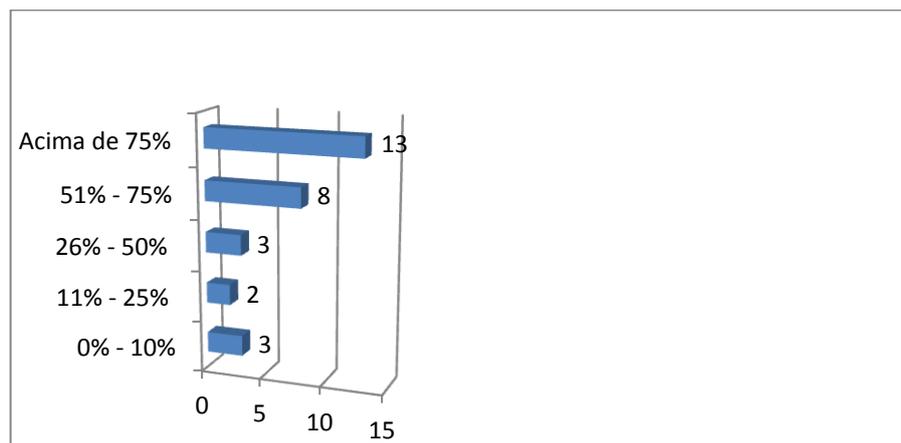
Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Dentre a amostra de 44 respondentes, verificou-se que 29 escritórios aplicavam e 15 escritórios não aplicavam a NBC TG 1000. Os fatores e causas que levam alguns escritórios a não aplicar a NBC TG 1000 não faz parte dos objetivos desse estudo, e por isso não foi pesquisado mais profundamente. A porcentagem de 34% dos escritórios contábeis de Goiânia que não aplicam a norma é considerada alta se comparada a outras regiões do país, em Chapecó/SC de acordo com a pesquisa realizada por Rower et al. (2012) apenas 16% dos profissionais contábeis pesquisados não conhecem ou não seguem a norma, já em outra pesquisa de Prado et al. (2011), realizada em três cidades de Minas Gerais, do total pesquisado, apenas 22% dos entrevistados desconhecem totalmente ou apenas ouviram algo a respeito do CPC PME (possui a mesma redação da NBC TG 1000).

Diante dos objetivos propostos nesta pesquisa, os respondentes que afirmaram que não era aplicada a NBC TG 1000 nos escritórios em que trabalhavam, foram orientados a finalizar o questionário, já que as demais perguntas focavam apenas nos escritórios que aplicavam a norma. Com isso, para as próximas análises, foi levado em consideração apenas os 29 escritórios contábeis que aplicam a norma para elaboração da contabilidade dos seus clientes.

Aos escritórios que aplicam a norma também foi indagado sobre o percentual aproximado das empresas clientes em que era aplicada a norma:

Gráfico 3 – Quantidade aproximada de empresas nas quais a NBC TG 1000 é aplicada



Fonte: dados da pesquisa, 2014.

Através do gráfico 3, percebe-se que a maioria dos escritórios aplica a NBC TG 1000 na maioria dos seus clientes, demonstrando que a grande parte dos clientes são PMEs e necessitam de uma contabilidade simplificada e que atendam as suas necessidades.

Para Neves e Lorandi (2014), uma característica essencial e importante no desenvolvimento das organizações e, conseqüentemente, nos seus rendimentos e produtividade, é a capacidade de mudança e atualização de seus colaboradores frente a novos ambientes, nesse sentido foi abordado na pesquisa sobre as principais atitudes tomadas pelo escritórios no processo de implantação da NBC TG 1000, destacando-se as seguintes atitudes adotadas: treinamento e atualização dos funcionários, através de cursos, estudo da norma e participação de palestras sobre o tema. Alguns respondentes também destacaram a necessidade de mais investimentos e o aumento de custos, principalmente em decorrência da necessidade de contratação de mais funcionários e da atualização e treinamento dos mesmos, porém, como demonstra a tabela 5, não foram todos escritórios pesquisados que adotou alguma medida para capacitação dos seus funcionários, aproximadamente 34% dos escritórios pesquisados não adotaram medidas diferentes para a implantação da NBC TG 1000.

Tabela 5 - Capacitação dos funcionários para a aplicação da NBC TG 1000

Resposta	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
Sim	19	65,52%
Não	10	34,48%

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Também foi indagado se existia algum aspecto que evidenciava dificuldades de aplicação da NBC TG 1000, a tabela 6 demonstra que a maioria dos escritórios contábeis teve ou ainda tem algumas dificuldades, e as principais citadas pelos respondentes é com relação à elaboração das demonstrações contábeis, isso é explicado devido a exigência de elaboração de outros demonstrativos que não eram exigidos anteriormente para as PMEs, como por exemplo, a DFC, DRA, DMPL e notas explicativas. É importante resaltar que existe uma interpretação técnica da NBC TG 1000, a chamada ITG 1000 em que Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, que se enquadrem nos parâmetros do simples nacional, podem optar por utiliza-la e elaborar apenas o BP, DRE e notas explicativas.

Tabela 6 - Dificuldades na aplicação da NBC TG 1000

Resposta	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
Sim	16	55,17%
Não	13	44,83%

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Através das respostas constatou-se que a elaboração das notas explicativas gera a maior dificuldade entre os pontos principais para aplicação da contabilidade das PMEs, segundo a NBC TG 1000 (2009, p. 37):

Notas explicativas contêm informações além daquelas apresentadas no balanço patrimonial, na demonstração do resultado abrangente, na demonstração do resultado, nas demonstrações dos lucros ou prejuízos acumulados e do valor adicionado (se apresentadas), na demonstração das mutações do patrimônio líquido e na demonstração dos fluxos de caixa. As notas explicativas oferecem descrições narrativas ou composição de valores apresentados nessas demonstrações e informações sobre itens que não se qualificam para o reconhecimento nessas demonstrações.

De acordo com alguns respondentes, outro fator que dificulta a aplicação da norma, e consequentemente da elaboração das demonstrações contábeis e notas explicativas, é a falta de apoio dos administradores das empresas clientes, devido à “omissão de informações”, “documentação não entregue”, “documentação sem os devidos procedimentos” e “omissão de informações”. A falta de transparência dos administradores das micro, pequenas e médias empresas não é fato novo e exige atenção por parte da classe contábil. Com o intuito de pagarem menos tributos, muitos empresários acabam por adotar práticas de evasão fiscal, decorrentes da utilização de “meios legais na busca da descaracterização do fato gerador do tributo” (CREPALDI, 2012, p. 95). Com isso as demonstrações contábeis dessas empresas acabam ficando comprometidas. A complexidade da norma também foi citada por alguns respondentes, sendo mais um fator que dificulta a aplicação da NBC TG 1000.

Também foi perguntado aos responsáveis pelos escritórios contábeis se houve algum ganho em termos de qualidade do serviço prestado com a aplicação da NBC TG 1000:

Tabela 7 - Ganho de qualidade dos serviços prestados com a aplicação da norma

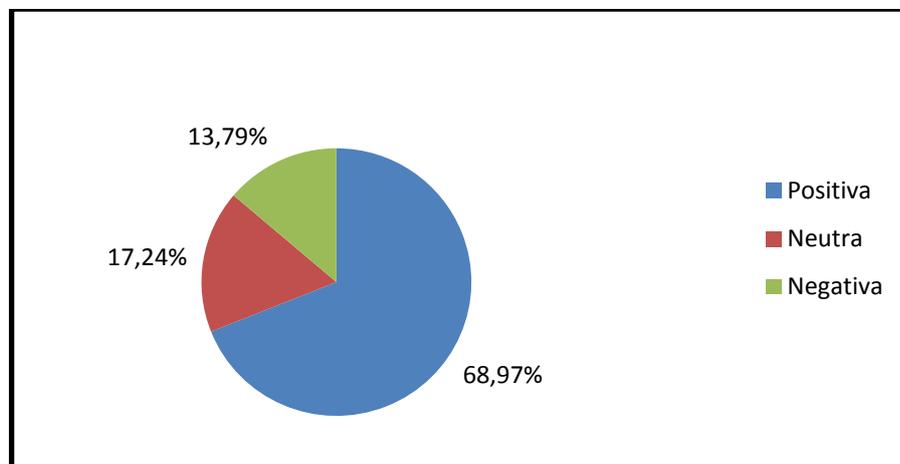
Resposta	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
Sim	23	79,31%
Não	6	20,69%

Fonte: Dados da pesquisa

Observa-se que a maioria dos respondentes acredita que houve um ganho nos serviços prestados em decorrência da adoção da NBC TG 1000. Azevedo (2010) aborda o caráter beneficiador que a convergência traz ao proporcionar aumento da transparência e confiabilidade das informações financeiras e também por possibilitar, a um custo mais baixo, o acesso das empresas nacionais às fontes de financiamento externas.

Outra questão levantada na pesquisa foi a seguinte: Como você, responsável pelo escritório contábil, classifica essa mudança nas normas (convergência internacional)? Para esse pergunta as opções eram as seguintes: Positiva (há agregação de valor à contabilidade e aumento da comparabilidade dos demonstrativos), Neutra (não provocou maiores consequências à contabilidade das empresas), e Negativa (constitui-se apenas no cumprimento de uma norma e implicou em dificuldades na elaboração dos demonstrativos contábeis). A grande maioria acredita que a mudança é positiva, conforme se observa no gráfico 4:

Gráfico 4 - Como você classifica essa mudança nas normas (convergência internacional)?



Fonte: dados da pesquisa, 2014.

Para finalizar, com o objetivo de verificar os aspectos que levaram os respondentes a classificarem as mudanças nas normas em positiva, neutra e negativa, perguntou-se qual seria a percepção do escritório em relação às mudanças realizadas pela NBC TG 1000. A maioria dos respondentes é a favor das mudanças realizadas pela NBC TG 1000, e justificaram o aumento da qualidade e quantidade de informações geradas como fator preponderante para tal opinião. Alguns respondentes também citaram o aumento da confiabilidade das demonstrações contábeis das PMEs, devido à aplicação da norma, como algo positivo.

Alguns respondentes acreditam que a norma não trouxe alterações significantes e que o escritório contábil no qual são responsáveis já vinha elaborando uma contabilidade atualizada e que atendia as necessidades das PMES. Outros foram ainda mais além e criticaram a nova norma para a contabilidade das PMES, dizendo que a mesma trouxe dificuldades, pois não há contadores atualizados e os clientes não fornecem as documentações necessárias, e que também existem dificuldades para repassar os custos para os honorários.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

5.1 CONCLUSÃO

O estudo teve como objetivo principal identificar as atitudes adotadas pelos escritórios de contabilidade de Goiânia no processo de implantação da NBC TG 1000, e específicos de verificar o nível de implantação da norma, e evidenciar a percepção dos contadores em relação às mudanças trazidas pela NBC TG 1000. Verificou-se que grande parte dos escritórios contábeis de Goiânia aplicam a NBC TG 1000 e estão avançados no processo de convergência das normas brasileiras de contabilidade com ênfase nos procedimentos referentes à contabilidade de PME's, pois, se prepararam, através da capacitação dos funcionários, para superar as dificuldades que surgiram em decorrência das novas exigências. Apesar da maioria dos escritórios contábeis aplicarem a norma, os escritórios que não aplicam ou não conhecem a NBC TG 1000 ou o CPC PME correspondem a cerca de 34% dos pesquisados. Entre as atitudes tomadas pelos escritórios para aplicar a NBC TG 1000 se destacam: estudo da norma, participação em cursos e palestras sobre o tema e contratação de mais funcionários. A percepção dos contadores em relação à convergência das normas contábeis é positiva para aproximadamente 69% dos pesquisados, principalmente devido ao aumento da qualidade dos serviços prestados.

A pesquisa também revela que 100% dos escritórios contábeis de Goiânia pesquisados são classificados como PMEs pelo modelo de classificação, de acordo com o número de funcionários, elaborada pelo SEBRAE (2014) e que a maioria dos responsáveis pelos escritórios do município de Goiânia possui especialização em ciências contábeis, o que mostra uma evolução se comparado ao estado de Santa Catarina, onde pesquisa recente, feita por Neves e Lorandi (2014) demonstra que a maioria dos responsáveis dos escritórios do estado citado possui apenas a graduação.

Na análise, também foi verificado, que em 34% dos escritórios contábeis de Goiânia a NBC TG 1000 não era aplicada na elaboração da contabilidade dos seus clientes, porcentagem considerada alta se comparada a pesquisas realizadas em outras regiões do país. A NBC TG 1000 foi publicada no final de 2009, e após quatro anos com a norma em vigor esperava-se que o nível de implantação fosse maior, já que a mesma é obrigatória para as PMEs brasileiras.

Há aspectos da NBC TG 1000 que evidenciam uma maior dificuldade de aplicação, principalmente em relação às novas demonstrações contábeis exigidas e notas explicativas que, para serem concebidas com confiabilidade, depende das informações fornecidas pelos administradores, que por sua vez, também foi considerado como um empecilho para a aplicação da norma, já que muitos contabilistas dos escritórios contábeis de Goiânia criticaram a falta de apoio dos administradores para o fornecimento da documentação necessária para a produção das demonstrações contábeis e notas explicativas. Houve também escritórios que afirmaram que não tiveram dificuldades, aproximadamente 45% dos respondentes não encontraram aspectos que evidenciava dificuldades para a aplicação da NBC TG 1000.

Entre as principais atitudes tomadas pelos escritórios contábeis para a implantação da NBC TG 1000, verificou-se que o treinamento e atualização dos funcionários, através de cursos, estudo da norma e participação de palestras sobre o tema foram fatores essenciais para a adequação dos escritórios perante as novas exigências, porém, não foram todos escritórios que tiveram a preocupação de capacitar seus funcionários, aproximadamente 34% dos escritórios contábeis pesquisados não adotaram nenhuma medida para a implantação da NBC TG 1000.

A minoria dos respondentes, aproximadamente 31%, teve uma opinião de neutralidade ou negativa acerca da NBC TG 1000, seja por não considerar a norma tão diferente da anterior, por trazer dificuldades em relação à falta de contadores atualizados e capacitados para atendê-la ou até mesmo pelo aumento de custos para aplicação da mesma. Embora alguns responsáveis pelos escritórios tenham criticado a NBC TG 1000, a grande maioria dos respondentes, cerca de 69%, são a favor da atualização da contabilidade das PMEs aos padrões internacionais através da NBC TG 1000, já que a mesma trouxe aumento da qualidade e quantidade de informações geradas, e conseqüentemente houve um ganho de qualidade nos serviços prestados. Alguns respondentes também citaram o aumento da confiabilidade das demonstrações contábeis das PMEs, devido à aplicação da norma, como algo positivo.

A limitação deste estudo encontra-se no tamanho da amostra, tendo em vista que foram contactados 160 escritórios e apenas 44 responderam ao questionário, sendo necessário aumentar o erro amostral para 15% para tornar a amostra válida em relação à população de 1356 escritórios contábeis em Goiânia.

5.2 SUGESTÕES PARA TRABALHOS FUTUROS

Como sugestão para futuras pesquisas indica-se fazer um estudo de caso em uma pequena/média empresa ou em escritório contábil que realiza a contabilidade totalmente de acordo com a NBC TG 1000, para assim identificar juntamente com o gestor ou profissional contábil as dificuldades de aplicação, os procedimentos realizados pelos contadores e evidenciar, através de verificação prática, as mudanças trazidas pela norma no dia a dia das empresas/escritórios contábeis.

Recomenda-se também novos estudos que contemplem maior abrangência da amostra, visando compreender melhor as dificuldades da adoção das práticas contábeis conforme exigências da NBC TG 1000, e a exploração, através de novos objetivos, das situações e explicações que levam alguns escritórios contábeis de Goiânia a não aplicar a NBC TG 1000 ainda, pois, como foi verificado nesta pesquisa, cerca de 34% dos escritórios do município não estão aplicando-a e de acordo com o CFC, as demonstrações contábeis das PMEs a partir do início do ano de 2010, já deveriam ser apresentadas em conformidade com as normas internacionais, através da aplicação da NBC TG 1000.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Osmar Reis. **Comentários às novas regras contábeis brasileiras**. 4. ed. São Paulo: IOB, 2010.

BEUREN, Ilse Maria. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas 2006.

BRASIL. Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 dez. 2007.

BRASIL. Lei Complementar n. 123, de 14 de dez. 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 15 dez. 2006. Disponível em: <<http://www.receira.fazenda.gov.br>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC nº 1.055/05**, de 24 de outubro de 2005. Cria o comitê de pronunciamentos contábeis – CPC, e dá outras providências.

_____. **Resolução CFC nº 1.255/09**, de 10 de dezembro de 2009. Aprova a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.

_____. **Resolução CFC nº 1.418/12**, de 5 de dezembro de 2012. Aprova a ITG 1000 – Modelo Contábil para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte.

_____. **Seminários Regionais Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas**. 2011. Disponível em: <<http://www.cfc.org.br/conteudo.aspx?codMenu=282&codConteudo=4969>>. Acesso em: 30 mai. 2014.

COUTINHO, Luciano. **O cenário econômico e as MPE**. Banco Nacional do Desenvolvimento. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/empr esa/download/apresentacoes/Coutinho_CenarioEconomicoMPE_set10.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2014.

CPC. Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **Pronunciamento técnico PME (R1) – contabilidade para pequenas e médias empresas**. Disponível em: <http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/392_CPC_PMEeGlossario_R1.pdf>. Acesso em: 02 de jun. 2014.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Planejamento Tributário: Teoria e Prática**. São Paulo: Saraiva, 2012.

DELOITTE. **IFRS para PME ao seu alcance** – 2013/2014. Disponível em: <http://www.deloitte.com/assets/DcomBrazil/Local%20Assets/Documents/Servi%C3%A7os/IFRS/IFRSPME_2013.pdf> Acesso em: 23 jun. 2014.

Fórum Permanente das microempresas e empresas de pequeno porte. **Desenvolvimento Tecnológico e Inovação nas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte: Fatores de Influência**. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1202923119.pdf> Acesso em: 01 de junho. 2014.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A.; **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEMES, S.; CARVALHO, L. N. **Contabilidade internacional para graduação** – Texto, estudos de casos e questões de múltipla escolha. São Paulo: Atlas, 2010.

MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MENEZES, D. F.; MORAIS, J. R.; CARVALHO, J. R. M. **Processo de convergência contábil das pequenas e médias empresas brasileiras aos padrões internacionais: percepção dos contabilistas de Campina Grande – PB** In: XXXVII ENCONTRO ANUAL DA ANPAD, 2013, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: EnANPAD, 2013.

NEVES, D. R.; LORANDI, L. A. **NBC TG 1000: Um estudo sobre a convergência contábil internacional para pequenas e médias empresas nos escritórios contábeis de Santa Catarina**. In: 5º CONGRESSO UFSC DE CONTROLADORIA E FINANÇAS & INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE, 2014, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: CONGRESSO UFSC, 2014.

NIYAMA, Jorge Katsumi. **Contabilidade Internacional**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

PIRES, M. A.; COSTA, F. M.; HAHN, A. V. **Atendimento das necessidades de informações para tomada de decisão em pequenas e médias empresas: análise crítica das informações geradas pela contabilidade frente a seus objetivos** – Pesquisa exploratória no

setor de confecções da Glória –ES. In: CONGRESSO USP CONTROLADORIA E CONTABILIDADE. 2004. São Paulo. **Anais ...** São Paulo, 2004.

POCINHO, Margarida. **Amostras, teoria e exercícios passo-a-passo**, 2009. Disponível em: http://docentes.ismt.pt/~m_pocinho/calculo_de_amostras_teorias.pdf Acesso em: 28 de out. 2014.

PRADO, T. A. R.; TEIXEIRA, B. R.; BERNARDINO, F. F. M.; LEMES, S. **A utilização do pronunciamento do CPC para as Pequenas e Médias empresas: um estudo nas cidades de Araguari, Uberaba e Uberlândia - MG**. In: XIV SemeAD Ensino e Pesquisa em Administração 2011. São Paulo. **Anais...** São Paulo: SemeAD, 2011.

ROWER, G. R.; GUBIANI, C. A.; PALAVICINI, G.; KRUGER, S. D. **Aplicação do Pronunciamento Técnico PME nas Pequenas e Médias Empresas**. In: ENCONTRO DE ESTUDOS EM EMPREENDEDORISMO E GESTÃO DE PEQUENAS EMPRESAS – EGEPE. 2014. Goiânia. **Anais...** Goiânia: EGEPE, 2014.

ROWER, G. R.; BORDIGNON, A. C.; KRUGER, S. D. **Contabilidade para pequenas e médias empresas: uma análise das práticas adotadas pelos profissionais contábeis**. In: Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 12, 2012. São Paulo. **Anais...** São Paulo: 2012.

SANTA, S. L. B.; LAFFIN, M. Benefícios para as Pequenas e Médias Empresas com as Mudanças nas Normas Brasileiras de Contabilidade. **Revista de Contabilidade da UFBA**, UFBA, Salvador, v. 6, n. 1, p. 20-22, jan-abril, 2012.

SEBRAE/GO. **Critérios e conceitos para classificação de empresas: EI - ME - EPP**. Disponível em: <<http://arquivopdf.sebrae.com.br/uf/goias/indicadores-das-mpe/classificacao-empresarial>>. Acesso em: 31 maio. 2014.

SEBRAE/GO. **Perfil socioeconômico de Goiás**. 2013. Disponível em: <<http://observatorio.sebraego.com.br/dados-socioeconomicos/perfil-socioeconomico-de-goias>>. Acesso em: 01 de junho. 2014.

SEBRAE/NA. **Sobrevivência das empresas no Brasil**. 2013. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Sobrevivencia_das_empresas_no_Brasil=2013.pdf>. Acesso em: 01 de junho. 2014.

SEBRAE/SP. **Doze anos de monitoramento da sobrevivência e mortalidade de empresas**. 2010. Disponível em: <http://www.sebraesp.com.br/arquivos_site/biblioteca/EstudosPesquisas/mortalidade/mortalidade_de_12_anos.pdf> Acessado em 01 jun. 2014.

SEBRAE/MG. **Boletim Estatístico de Micro e Pequenas Empresas**. 1º semestre 2005.

Disponível em: <

[http://www.dce.sebrae.com.br/bte/bte.nsf/03DE0485DB219CDE0325701B004CBD01/\\$File/NT000A8E66.pdf](http://www.dce.sebrae.com.br/bte/bte.nsf/03DE0485DB219CDE0325701B004CBD01/$File/NT000A8E66.pdf)>. Acesso em: 13 de jun. 2014.

VALERIANO, C. E. B. **Ciclo de vida organizacional e artefatos de contabilidade gerencial**: uma investigação nas 250 pequenas e médias empresas que mais cresceram no Brasil entre 2008 e 2010. 2012. 118 f. Dissertação (mestrado em Ciências Contábeis) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2012.

ANEXO 1 – Questionário aplicado nos escritórios contábeis de Goiânia (Resolução CFC nº 1.255/09 – NBC TG 1000)

Questionário de Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Contábeis) acerca das consequências advindas da Resolução CFC nº 1255/09 - NBC TG 1000 - Contabilidade para pequenas e médias empresas.

***Obrigatório**

1. Como seu escritório é classificado? *

Classificação quanto ao número de empregados, segundo o SEBRAE/GO (sem fundamentação legal)

Marcar apenas uma oval.

- Microempresa (até 9 empregados)
- Pequena empresa (de 10 a 49 empregados)
- Média empresa (de 50 a 99 empregados)
- Grande empresa (mais de 100 empregados)

2. Qual a formação do contabilista responsável pelo escritório? *

Marcar apenas uma oval.

- Técnica
- Graduação
- Especialização
- Mestrado

3. Em seu escritório, a NBC TG 1000 está sendo aplicada? *

Resolução CFC nº 1255/09 - NBC TG 1000 - Contabilidade para pequenas e médias empresas.

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não *Pare de preencher este formulário.*

4. Quantas empresas do seu escritório estão aplicando a NBC TG 1000? *

Em termos percentuais aproximados (em relação à carteira total de clientes)

Marcar apenas uma oval.

- 0% - 10%
- 10% - 25%
- 25% - 50%
- 50% - 75%
- acima de 75%

5. Quais as principais atitudes tomadas pelo escritório no processo de implantação da NBC TG 1000?

Se houve necessidade de treinamento, contratação de mais funcionários, aumento de investimentos, entre outros.

6. Os funcionários do seu escritório realizaram algum tipo de capacitação para a aplicação da NBC TG 1000? *

- Sim
 Não

7. Na aplicação da NBC TG 1000, existe algum aspecto que evidencia uma maior dificuldade de aplicação? *

Em caso negativo, pule para a questão 8.

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

7.1 Em caso positivo, identifique este aspecto.

Exemplo: Elaboração do Balanço, Patrimonial, Elaboração da DRE, Divulgação de Notas Explicativas,...

8. Você percebe que há um ganho em termos de qualidade do serviço prestado com a aplicação da NBC TG 1000?

- Sim
 Não

9. Como você classifica essa mudança nas normas (convergência internacional)?

- Positiva (há agregação de valor à contabilidade e aumento da comparabilidade dos demonstrativos)
 Negativa (constitui-se apenas no cumprimento de uma norma e implicou em dificuldades na elaboração dos demonstrativos contábeis)
 Neutra (não provocou maiores consequências à contabilidade das empresas).
 Outro: -----

10. O escritório procurou levar ao conhecimento dos empresários a existência da NBC TG 1000?

- Sim
 Não

11. Qual percepção do escritório em relação às mudanças realizadas pela NBC TG 1000?

APÊNDICE A – Lista dos escritórios contactados para participação na pesquisa

a Federal Assessoria Contábil	Gyngobr contabilidade
ABC CONTABILIDADE E ASSESSORIA	Hamilton Costa
Accounting Serviços Contábeis	Helos Assessoria Contábil
ACS Contabilidade	Hidelcontábil
ADM CONTABILIDADE ASSESSORIA E CONSULTORIA EMPRESARIAL	HI Contabilidade e Consultoria
AGUIAR ARAUJO CONTABILIDADE S/S	Homero a Ribeiro Contabilidade
Aliança Contábil	Honest Go Contabilidade Empresarial Ltda
ALM Contábil	Innova Contabilidade
American Auditoria e Contabilidade	Ipanema Contadores Associados
Andrade & Cruvinel Consultoria Empresarial	Ipanema Contadores Associados
Andre Wesley Almeida (Nome do escritório não especificado)	JAFS ESCRITORIO CONTABIL
Appoio Contabilidade	Lanúzia Contábil
Araguaia Contabilidade	Leal Contabilidade
ASCONT contabilidade	Líder Contabilidade
Ativos Contabil	Lince Contabilidade
ATS contabilidade	Lopes & Urzêda Assessoria Contábil Empresarial
Attos Assessoria Contábil	Lorde Contábil
Aucon auditoria e contabilidade	Magalhães & Real Soluções Contábeis
Audicon serviços de auditoria e contabilidade	Mapa Auditoria, Perícia & Contabilidade
Avance Contabilidade	Marcelo Leite de Jesus (Nome do escritório não especificado)
Awn Soluções Contábeis Ltda	Marticon Contabilidade
Bmn Contabilidade	Marticon-Contabilidade
Bv Contabilidade	Master Contabilidade

Capta Contabilidade	MATRIZ CONTABIL
CARRIJO CONTABILIDADE	MF Contabilidade & Gestão Empresarial
Cerrado Contabilidade	Mf Contabilidade & Gestão Empresarial
CERTA CONSULTORIA CONTÁBIL	Milhomens Contabilidade Ltda
Champions Contabilidade	MORIÁ CONTABILIDADE
Cirqueira Organizações Contábeis	Motriz Assessoria Contábil Ltda
Claudinei (Nome do escritório não especificado)	Mp Contabilidade e Auditoria
Coace Contabilidade	MR Contabilidade
Cobra Serviços Contábeis	Multi Contabilildade
Conceito Contabilidade	Nacional Assessoria Contábil
Conceitus Contabilidade	Neo Estilo Contábil
Conespe Contabilidade Assessoria e Consultoria	Nobre Contabilidade
Contabilidade Campinas	Org. Contábil Sevilha
Contabilidade Digital	Organização Contábil Gabrielly
Contabilidade Dinâmica	Organização Modelo
Contabilidade Luca Pacioli	Padrão Escritório Contábil Ss
Contabilidade Modelo	Politeto Contábil
Contabilidade Moraes	Real Contabilidade
Contad Contabilidade e Administração	Reinaldo Pires Moreira(Nome do escritório não especificado)
Contag contabilidade	Reis Assessoria e Gestão Contábil
Contec Técnica Contábil	Rochael Contabilidade & Auditores Independentes
Controlar Brasil Contabilidade Comercial & Rural	Roger (Nome do escritório não especificado)
Csm-organização Contábil	Rp Assessoria Contabil Ltda
D' Paula e Magalhães Contabilidade Ss Ltda	S. P. J. Contabilidade
D Souza Assessoria Consultoria Contábil	Salatiel Contabilidade
D.R - Contabilidade e Consultoria Empresarial	Salis Martins Contabilidade
Damaceno Contabilidade	Salmo Contabilidade S/S Ltda
Danyllo (Nome do escritório não especificado)	SB Organização Contábil
De Paula & Cunha Contadores	Shoji Nonaka Contabilidade
Delfos Assessoria Contabil	Sigilo Contabilidade
DESTRA ASSESSORIA CONTÁBIL & ORGANIZACIONAL	Sigma Contábil
Dinastia Contábil	SM contabilidade
DM Contabilidade	Smendes Contabilidade
DR Ramos Assessoria e Contabilidade	Soluções Contábeis, Contabilidade e Consultoria
Duanees Contabilidade	Solyda Assessoria Contábil
Eagle Contabilidade e Assessoria Empresarial	SOMA contabilidade

Ltda	
ECC Contabilidade	Somar Assessoria Contábil Ltda
EMBRACON CONSULTORIA CONTABIL	SP Assessoria Contábil
Equipe Contábil	Ssc Contabilidade
Equippe Assessoria Contábil Ltda	Stillo Contabilidade
Escrita Fina	Suporte Contabilidade e Assessoria Empresarial
Escritório contábil Rodrigues	Thiago (Nome do escritório não especificado)
Escritório de Contabilidade Liones de Souza	TRAICE AUDITORIA E SERVICOS EMPRESARIAIS LTDA
Estrutura Contábil	Tudo soluções contábeis
Éthos Contabilidade	Unicon Contabilidade
Excellence Assessoria Contábil	Vaz Contabilidade em Geral
Exímia Contabilidade	VIDA CONTABIL E ASSESSORIA LTDA
Fatos Contabilidade	VILMAR MARTINS DE ANDRADE (Nome do escritório não especificado)
Focone Contabil	Vitae Contabilidade
Gb Contabilidade	Wallor Organização Contábil
Gbs Contabilidade e Assessoria	Wma Contabilidade
GEREZIM CONTABILIDADE	Xt Contabilidade
Grupo Skill	Zittcon Contabilidade